

## **REUNIÃO SEPE-RJ COM MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CARLOS LUPI**

*BRASÍLIA, 10/04/24*

PELO DIEESE: Mariel Angeli Lopes

Pelo SEPE-RJ: diretoras Eliana, Graça e Graciete

Deputado Tarcisio Motta (PSOL-RJ) e assessora Claudia Trindade

Ministério da Previdência Social: Ministro Carlos Lupi

Paulo Roberto dos Santos Pinto – Secretário de Regime Próprio e Complementar

Fala DIEESE:

Dados da Rio Previdência indicavam, em 2022, no plano que agrega os servidores que entraram até 2013, um total de 106.900 ativos para 188.000 aposentados, o que gera uma relação de 0,57 ativo por aposentado, e um regime com déficit financeiro e atuarial. No regime que agrega os trabalhadores que ingressaram após 2013, tem-se um grupo de mais de 19.000 ativos, para menos de 200 aposentados/pensionistas, com uma relação de 129 ativos para cada beneficiário, e uma situação de superavit.

No caso do regime próprio de previdência da cidade do Rio de Janeiro, temos uma situação preocupante, uma vez que em meados de 2020 houve uma inversão na relação entre ativos e aposentados, com os aposentados e pensionistas passando a representar um contingente maior do que o de trabalhadores ativos. A partir de meados da década passada, tanto nos regimes estadual como nos regimes próprios da capital e demais cidades fluminenses, houve aumento das alíquotas pagas pelos servidores, chegando a 14% da remuneração.

Para os servidores do Estado do Rio de Janeiro, a situação financeira do governo estadual provocou em 2016, o atraso de pagamento de salários e aposentadorias, e já em 2017 ocorreu um aumento significativo das alíquotas de contribuição, subindo de 11% para 14%. Isso se soma a uma década em que os servidores e servidoras estaduais, ativos e aposentados, sofreram perdas salariais superiores a 30%, ao mesmo tempo em que uma parte maior dos salários era direcionada ao financiamento da previdência. Porém, tal situação é insustentável, uma vez que os servidores e aposentados convivem com as incertezas recorrentes de uma péssima administração dos recursos dos regimes de previdência próprios, ao mesmo tempo em que os benefícios são continuamente reduzidos pelo aumento não programado das alíquotas.

Além disso, grande parte dos servidores das prefeituras e estado são profissionais da educação, área em que há uma predominância de mulheres, que historicamente tem rendimentos do trabalho mais baixos. A resolução dos problemas apontados pelas dirigentes do SEPE-RJ e a reestruturação dos regimes próprios de previdência teria impactos econômicos positivos de longo prazo: com os servidores ativos e aposentados tendo mais renda disponível, isso poderia aumentar a circulação de dinheiro nas cidades fluminenses, com impacto positivo sobre diversos setores econômicos. Além disso, uma estruturação dos regimes de previdência direcionada ao crescimento dos fundos, com algumas regras inspiradas nos moldes de grandes fundos previdenciários, pode ter impacto relevante sobre a taxa de poupança na economia, e dar poder de grande investidor para esse fundo, além de proteger as contribuições dos servidores e servidoras de situações como as denunciadas na Operação Delaware.

Por fim, os servidores públicos de municípios em que há regime próprio de previdência tem passado por diversas incertezas nos últimos anos, à medida em que as administrações e câmaras municipais aprovaram, nos últimos anos, aumento das

alíquotas e divulgaram sucessivos déficits financeiros e atuariais que são frutos de erros e negligências ocorridas da administração da parte contributiva patronal, e não dos trabalhadores. Por isso, e também devido às mudanças incentivadas pela Reforma da Previdência realizada pelo governo federal em 2019, há um risco cada vez maior de que a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes próprios seja questionada, levando possivelmente à extinção destes, nas próximas décadas.